

DETERMINANTES DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH): UMA ANÁLISE A PARTIR DA PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO (PED) PARA 2001

Alexandre Queiroz Guimarães *

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é efetuar um estudo da distribuição de rendimentos na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), identificando seus principais determinantes e a importância relativa de algumas variáveis para a explicação da desigualdade de renda. Na seção 2, procurou-se decompor a população dos ocupados na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com o objetivo de conhecer algumas de suas especificidades no que diz respeito aos determinantes da renda auferida. Neste intuito, foi utilizado o índice L de Theil, que permite a decomposição da desigualdade entre seus vários componentes.¹ Na seção 3, investiga-se o efeito das variáveis sobre a renda a partir de uma regressão. A seção 4 conclui.

As etapas desenvolvidas nas seções 2 e 3 apresentam importante complementaridade. O índice de Theil mede a variação bruta, a contribuição daquela variável para a desigualdade quando apenas ela é considerada. Já a regressão múltipla capta a variação nos rendimentos se apenas a variável em questão fosse modificada, mantendo as demais constantes. Assim, ela permite medir a contribuição marginal da variável em questão.

Os dados extraídos da pesquisa PED-FJP-DIEESE estão concentrados principalmente nos rendimentos do trabalho. Embora a posição na ocupação possa ser usada como uma *proxy*, ainda que imperfeita, para a posse da riqueza é importante enfatizar que grande parte da renda relacionada ao capital, como investimentos financeiros, não é captada. Assim, apesar da importância da renda do trabalho, a principal forma de remuneração, os cálculos efetuados nesse trabalho subestimam a verdadeira desigualdade na distribuição de renda.

Gostaria de agradecer a Maria Ramos e a Laécia Rodrigues de Souza pela ajuda durante a elaboração do trabalho e pelos comentários e sugestões.

¹ Assim, torna-se possível saber a contribuição da desigualdade de cada grupo, assim como da desigualdade entre os grupos, para a desigualdade total mensurada. Para uma análise metodológica do índice de Theil, veja Hoffmann (1998) e Ramos (1993).

2. Análises a partir do Índice de Theil

2.1. Influência da escolaridade sobre a renda

Inicialmente é apresentada a remuneração obtida a partir do grau de escolaridade. A tabela 1 mostra as médias de renda e a participação de cada grupo, segundo escolaridade, na população dos ocupados para o ano de 2001. Pode-se perceber a clara correlação entre escolarização e renda auferida, assim como a substancial elevação da renda com a conclusão do primeiro, segundo e terceiro grau (principalmente esse último).

TABELA 1: RENDIMENTO REAL MÉDIO E DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS, SEGUNDO GRAUS DE ESCOLARIDADE - RMBH - JAN.-DEZ./2001

GRAU DE ESCOLARIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)	RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ DEZ. 2001)
Até a 4ª série do 1º grau	22,5	344,00
5ª a 7ª série	16,6	371,00
1º grau completo	20,4	465,00
2º grau completo	29,9	703,00
3º grau completo	10,6	2.063,00
Total/Média Geral	100,0	663,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

A partir do índice L de Theil, procurou-se determinar a contribuição da escolaridade para a desigualdade de renda verificada na RMBH. Encontrou-se que 37,6% da desigualdade total devem-se a diferenças de rendas médias entre os diferentes grupos de escolaridade, enquanto 62,4% devem-se a desigualdades internas a cada grupo de escolaridade. Isto torna a escolaridade o fator mais importante para explicar a desigualdade de renda entre os ocupados na RMBH. Dentro de cada grupo, a maior desigualdade é verificada no grupo com segundo grau completo.

TABELA 2: ÍNDICE DE THEIL E PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS NA DESIGUALDADE DE RENDA, SEGUNDO GRAUS DE ESCOLARIDADE - RMBH – JAN.-DEZ./2001

GRAU DE ESCOLARIDADE	ÍNDICE DE THEIL	PARTICIPAÇÃO NA DESIGUALDADE DE RENDA (%)
Até a 4ª série do 1º grau	0,236	11,2
5ª a 7ª série	0,268	9,5
1º grau completo	0,303	13,1
2º grau completo	0,344	21,7
3º grau completo	0,297	6,6
Desigualdade entre grupos	0,177	37,6
Total	-	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

2.2. Influência da posição na ocupação

Um segundo tipo de corte foi efetuado a partir da posição na ocupação. A tabela 3 apresenta os rendimentos médios e a participação de cada grupo na população dos ocupados. Nota-se que os empregadores e os assalariados do setor público auferem rendas mais elevadas, enquanto os empregados domésticos obtêm uma renda muito inferior à média. Os assalariados com carteira, por sua vez, constituem cerca de 40% de toda a população (tabela 3). Os empregados domésticos são uma categoria muito homogênea. Além de a renda média ser baixa (R\$ 216,00), não existe grande diferenciação de renda entre os membros desse grupo: os empregados domésticos apresentam o menor índice de Theil (0,149), com sua desigualdade interna contribuindo muito pouco para a desigualdade total (tabela 4).²

TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS OCUPADOS, SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO - RMBH – JAN.-DEZ./2001

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS	RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ DEZ. 2001)
Assalariado com carteira	42,3	623,00
Assalariado sem carteira	9,1	381,00
Assalariados do setor público	13,4	1.118,00
Autônomos	19,1	541,00
Empregadores	3,1	1.868,00
Empregado Doméstico	11,5	216,00
Outros	1,5	1.941,00
Total/Média Geral	100,0	663,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

² Dadas as características muito particulares dessa categoria, optou-se por desconsiderá-la no cálculo da influência da posição da ocupação na desigualdade de renda total. Essa opção implica certa subestimação da influência da posição da ocupação na explicação das desigualdades de renda.

TABELA 4: ÍNDICE DE THEIL E PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS NA DESIGUALDADE DE RENDA, SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO - RMBH - JAN.-DEZ./2001

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	ÍNDICE DE THEIL	PARTICIPAÇÃO NA DESIGUALDADE DE RENDA(%)
Assalariado com carteira	0,33	36,9
Assalariado sem carteira	0,34	8,7
Assalariado do setor público	0,40	13,8
Autônomo	0,43	21,4
Empregadores	0,35	2,8
Desigualdade entre grupos	0,07	16,1
Total	-	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

O grupo mais desigual são os autônomos, cuja desigualdade interna responde por 21,4% da desigualdade total.³ Os assalariados do setor público também apresentam alto grau de desigualdade interna. Vale enfatizar que 16% da desigualdade total é explicada pelas diferenças de remuneração média entre as diferentes posições na ocupação, o que torna essa variável a segunda mais importante, depois da escolaridade, para explicar os diferenciais de renda. A seguir, efetua-se uma análise detalhada de cada grupo de posição na ocupação, enfatizando-se o papel da escolaridade. e, em alguns casos, do setor de atividade.

a) Assalariados do setor público

Os assalariados do setor público apresentam uma remuneração média bem superior à média geral (R\$ 1.118,00 – quase o dobro da média geral). Nota-se que os assalariados do setor público possuem um grau de escolaridade bem superior ao dos assalariados em geral: 73,2% dos assalariados do setor público concluíram pelo menos o segundo grau, contra 40,5% dos ocupados em geral. Portanto, a maior escolaridade contribui para explicar a maior remuneração média obtida por esse grupo. No entanto, os dados mostram que a maior renda auferida por esse grupo deve-se também a outros fatores além da escolaridade. Pois em todas as faixas de escolaridade, com exceção do terceiro grau completo, os assalariados do setor público recebem rendas médias superiores aos ocupados em geral e essa diferença é mais expressiva para os grupos com baixa escolaridade (tabelas 1 e 5).⁴

³ É importante enfatizar que nesse e em outros cálculos envolvendo a influência da posição na ocupação na renda auferida, o grupo dos domésticos foi excluído.

⁴ Entretanto, é necessária cautela nessa interpretação, uma vez que esses resultados podem estar relacionados a outras características dos indivíduos que compõem a categoria assalariados do setor público. Isso ficará claro com os resultados da regressão.

TABELA 5: DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS ASSALARIADOS DO SETOR PÚBLICO, SEGUNDO GRAUS DE ESCOLARIDADE - RMBH - JAN.-DEZ./2001

GRAU DE ESCOLARIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)	RENDIMENTO MÉDIO REAL (R\$ DEZ. 2001)
Até a 4ª série do 1º grau	8,9	413,00
De 5ª a 7ª série	5,5	476,00
1º grau completo	12,4	630,00
2º grau completo	40,9	863,00
3º grau completo	32,3	1.934,00
Média Geral	100,0	1.118,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

b) Assalariados sem carteira assinada

Os assalariados sem carteira assinada são caracterizados por uma remuneração média muito reduzida (R\$ 381,00). Sua diferenciação interna é uma das menores (Theil 0,34) e a desigualdade interna a este grupo contribui com apenas 8,7% da desigualdade total. Nota-se que os assalariados sem carteira têm um grau de escolaridade baixo, com 36,9% não tendo concluído nem sequer o primeiro grau e apenas 36,8% tendo concluído pelo menos o segundo grau (tabela 6).⁵ Esse menor grau de escolaridade reflete a baixa qualidade desses postos de trabalho, dado que pessoas com maior escolaridade tendem a encontrar melhores postos no setor formal da economia. No entanto, é importante enfatizar que o grau de escolaridade dos assalariados sem carteira elevou substancialmente quando comparamos a situação do grupo em 2001 com aquela prevalecente em 1996.⁶ Como o salário médio dessa categoria caiu muito menos que o salário médio dos ocupados (quedas respectivas de 2,3% e 12,3%), há um indício de melhores empregos sendo oferecidos aos assalariados sem carteira. Esse resultado pode ser explicado pelo crescimento no número de subcontratações e pelas tentativas das empresas de fugirem das leis mais rígidas que marcam o mercado formal de trabalho.

⁵ É também interessante notar que as diferenças de escolaridade explicam apenas 24,5% da desigualdade verificada nesse grupo, contra 37,6% para os ocupados em geral e 39,2% para os assalariados com carteira assinada.

⁶ Naquele ano, apenas 41% dos assalariados sem carteira tinham completado o 1º grau, somente 21% tinham concluído o 2º grau e 2,6% tinham finalizado o 3º grau.

TABELA 6: DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS ASSALARIADOS SEM CARTEIRA ASSINADA, SEGUNDO GRAUS DE ESCOLARIDADE - RMBH - JAN.-DEZ./2001

GRAU DE ESCOLARIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)	RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ DEZ. 2001)
Até a 4ª série do 1º grau	16,3	292,00
De 5ª a 7ª série	20,6	257,00
1º grau completo	26,3	294,00
2º grau completo	31,5	437,00
3º grau completo	5,3	1.238,00
Média Geral.....	100,0	381,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Além da baixa escolaridade, constata-se a existência de discriminação em relação aos assalariados sem carteira, que recebem rendas muito inferiores às recebidas pelos assalariados com carteira com similar grau de escolaridade. Isto é válido para todas as faixas de escolaridade, sendo a diferença substancial para alguns grupos (tabelas 1 e 6). Este resultado, conforme apontado por Barros e Mendonça (1995) em análise para o Brasil, pode estar relacionado em parte a uma componente setorial, com a baixa participação dos assalariados sem carteira nos setores que pagam melhores salários (como certos ramos da indústria). No caso da RMBH, verifica-se realmente esta baixa participação, embora o diferencial de salário médio entre assalariados com e sem carteira na indústria seja também bastante expressivo (tabela 7). Em síntese, conclui-se que a precariedade da relação de trabalho implícita no assalariamento sem carteira é um componente bem relevante para explicar a baixa renda auferida por este grupo, como ficará reforçado adiante com os resultados da regressão.

TABELA 7: RENDIMENTO REAL MÉDIO, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA - RMBH – JAN.-DEZ./2001 (R\$ DEZ. 2001)

SETOR DE ATIVIDADE	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO (1)		
	I	II	III
Indústria	728,00	378,00	553,00
Construção civil	620,00	373,00	389,00
Comércio	505,00	342,00	504,00
Serviços	618,00	399,00	609,00
Total	623,00	381,00	541,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

(1) I - Assalariado com Carteira; II - Assalariado sem Carteira; III - Autônomo.

c) Assalariados com carteira assinada

Os assalariados com carteira assinada possuem um índice de Theil de 0,33. No entanto, devido a sua grande participação na população dos ocupados, são responsáveis por 36,9% da desigualdade total de renda. As diferenças na educação explicam 39,2% da desigualdade de renda interna a esse grupo. Dentro desse grupo, os subgrupos com escolaridade até 4ª série, de 5ª a 7ª séries e com primeiro grau completo apresentam uma desigualdade muito baixa (Theil 0,11, 0,15 e 0,17 respectivamente), enquanto os grupos com segundo grau completo e com terceiro grau completo apresentam maior desigualdade interna (Theil igual a 0,27 e 0,28, respectivamente).

TABELA 8: DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS ASSALARIADOS COM CARTEIRA ASSINADA, SEGUNDO GRAUS DE ESCOLARIDADE - RMBH - JAN.-DEZ./2001

GRAU DE ESCOLARIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)	RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ DEZ. 2001)
Até a 4ª série do 1º grau	19,1	377,00
De 5ª a 7ª série	16,4	408,00
1º grau completo	22,5	459,00
2º grau completo	34,6	643,00
3º grau completo	7,4	2.133,00
Média Geral	100,0	623,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Uma outra variável importante para explicar diferenciais de renda entre os assalariados é o tamanho da empresa.⁷ Trabalhando com três grupos diferentes, o rendimento dos assalariados é mais elevado nas empresas maiores. Enquanto em empresas com até nove empregados a remuneração média foi de R\$ 427,00, nas empresas entre 10 e 99 empregados ela foi de R\$ 501,00 e nas empresas com mais de 100 empregados o rendimento médio foi de R\$ 919,00.

d) Autônomos

O grupo dos autônomos é, sob vários aspectos, o mais heterogêneo. Apresentou um índice de Theil de 0,43, com sua desigualdade interna explicando 21,4% da desigualdade total. Sua renda média (R\$ 541,00) é menor que a do total de ocupados. Seu grau de escolaridade é também bem inferior à média, com 50,5% dos indivíduos sem conclusão do 1º grau (tabela

⁷ Os cálculos foram feitos para os assalariados privados, incluindo assalariados com e sem carteira.

9).⁸ Nesse grupo, os rendimentos médios nas três classes com menor grau de escolaridade são maiores que aqueles verificados nas respectivas classes para o total dos ocupados. Isto está relacionado ao fato de que **este é um dos grupos em que a escolaridade menos explica as desigualdades internas**, pois apenas 15% da desigualdade verificada entre os autônomos deve-se às diferenças de renda média entre os diferentes grupos de escolarização.

TABELA 9: DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS AUTÔNOMOS, SEGUNDO GRAUS DE ESCOLARIDADE - RMBH – JAN.-DEZ./2001

GRAU DE ESCOLARIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)	RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ DEZ. 2001)
Até a 4ª série do 1º grau	30,0	384,00
De 5ª a 7ª série	20,5	399,00
1º grau completo	21,5	535,00
2º grau completo	24,5	704,00
3º grau completo	3,5	1.605,00
Média Geral	100,0	541,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Nota-se que nas cinco faixas de escolaridade a desigualdade no grupo dos autônomos supera a dos demais grupos (tabela 10). Isto é explicado pela maior heterogeneidade desse grupo, já que outros fatores, como **posse dos instrumentos e localização do negócio**, influem decisivamente na remuneração obtida. Notem, pela tabela 11, que a posse de equipamento automotivo e o trabalho em instalações fixas fora de residência – indicando um maior grau de capitalização – têm influência considerável na renda recebida, enquanto o trabalho em residência não adaptada e em barracas – indicando um alto grau de precarização – é muito menos remunerado.

TABELA 10: ÍNDICES DE THEIL, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, SEGUNDO GRAUS DE ESCOLARIDADE - RMBH - JAN.-DEZ./2001

GRAU DE ESCOLARIDADE	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO (1)				
	I	II	III	IV	V
Até 4ª série do 1º grau	0,118	0,165	0,165	0,354	0,322
De 5ª a 7ª série	0,151	0,224	0,299	0,344	0,332
1º grau completo	0,179	0,253	0,297	0,402	0,315
2º grau completo	0,275	0,304	0,279	0,388	0,362
3º grau completo	0,284	0,341	0,255	0,493	0,256

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

(1) I - Assalariado com Carteira; II - Assalariado sem Carteira; III - Assalariado do Setor Público; IV - Autônomos. V - Empregadores.

⁸ É importante, no entanto, enfatizar a melhoria no grau de escolaridade entre 1996 e 2001. Em 1996, cerca de

TABELA 11: RENDIMENTO REAL MÉDIO E DISTRIBUIÇÃO DOS AUTÔNOMOS, SEGUNDO LOCAL ONDE FUNCIONA A EMPRESA OU NEGÓCIO - RMBH - JAN.-DEZ./2001

LOCAL DA EMPRESA	RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ DEZ. 2001)	PARTICIPAÇÃO (%)
Residência adaptada	537,00	10,3
Residência não-adaptada	320,00	12,7
Fora da residência	686,00	35,5
Barracas	407,00	1,7
Equipamento automotivo	902,00	8,0
Sem instrumento com equipamento	399,00	27,9
Sem instrumento sem equipamento	309,00	3,9
Total	541,00	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Consonante a grande desigualdade alcançada nesse grupo, constata-se a vigência de postos de trabalho muito mal remunerados, sendo que 26% dos autônomos recebem menos de R\$ 200,00 (para os assalariados com carteira esta proporção é de 8,9%) e 50% dos indivíduos recebem até R\$ 318,00. Este resultado aponta para a vigência de uma série de ocupações extremamente precárias absorvendo pessoas que não conseguem bons empregos no setor dinâmico da economia. A este respeito, vale enfatizar a diferença com países europeus onde, embora a percentagem de empregos não organizados seja bastante expressiva, o não assalariamento não vem necessariamente acompanhado de pobreza.

e) Empregadores

O grupo dos empregadores apresenta uma desigualdade interna inferior à dos autônomos e dos assalariados do setor público e um pouco superior ao dos assalariados com e sem carteira. Para o grupo dos empregadores, a escolaridade conta muito pouco para a explicação das desigualdades: **apenas 14,4% da desigualdade entre os empregadores pode ser atribuída a diferenças no grau de escolarização.** Isto se manifesta nas médias de renda para cada grupo de escolaridade: enquanto para o total dos ocupados a renda média dos indivíduos que concluíram o 3º grau é cerca de seis vezes superior àquela dos indivíduos que cursaram até a 4º série, entre os empregadores a renda do grupo de maior escolaridade é apenas 2,43 vezes superior àquela dos indivíduos com escolaridade mais baixa.⁹

60% dos autônomos não haviam concluído o primeiro grau.

⁹ Ramos (1993, p. 56), usando dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) para o Brasil como um todo, comparou a diferença de rendimento médio entre trabalhadores com nível universitário e

TABELA 12: DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS EMPREGADORES, SEGUNDO ESCOLARIDADE - RMBH - JAN.-DEZ./2001

GRAU DE ESCOLARIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)	RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ DEZ. 2001)
Até 4ª série do 1º grau	9,0	1.093,00
De 5ª a 7ª série	7,7	1.237,00
1º grau completo	16,3	1.323,00
2º grau completo	38,8	1.702,00
3º grau completo	28,2	2.829,00
Média Geral	100,0	1.873,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Procurou-se também verificar a importância do tamanho da empresa para o rendimento dos empregadores. Há de fato uma correlação muito positiva e os empregadores de grandes negócios recebem de fato uma quantia bem maior. Enquanto os empregadores de empresas com até nove empregados recebem R\$ 1.656,00, em média, aqueles que empregam de 10 a 99 pessoas auferem um rendimento médio de R\$ 2.452,00 e os empregadores em empresas com mais de 100 empregados recebem, em média, R\$ 3.418,00.¹⁰

2.3 A influência do setor de atividade na distribuição de renda

Nota-se que as diferenças de renda média entre os diversos setores explicam uma parcela ínfima da desigualdade de renda. Excluindo os empregados domésticos, que são uma categoria bem peculiar, a diferença entre as rendas médias dos setores explica apenas 2,3% da desigualdade total entre os ocupados. A remuneração é superior na indústria (R\$ 796,00) e inferior na construção civil (R\$ 524,00) (tabela 13). O setor serviços é o mais desigual e a construção civil o menos desigual. Foi também constatado que 63,4% da desigualdade de renda entre os ocupados ocorre dentro do setor serviços.

trabalhadores com instrução primária segundo posição na ocupação. Seus resultados estão na mesma linha das conclusões supradestacadas. Para 1985, Ramos encontrou que o assalariado com nível universitário recebia, em média, 5,4 vezes mais que um assalariado com instrução primária. Esta relação foi de 3,98 para os autônomos e de 2,04 para os empregadores. Já no estudo para a RMBH, o assalariado com carteira com nível universitário recebeu 5,65 vezes mais que o assalariado com nível primário. No caso dos autônomos, essa relação foi de 4,18 vezes.

TABELA 13: DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS OCUPADOS, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA - RMBH – JAN.-DEZ./2001

SETOR DE ATIVIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)	RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ DEZ. 2001)
Indústria	14,8	695,00
Construção Civil	7,2	524,00
Comércio	13,6	573,00
Serviços	52,8	796,00
Doméstico	11,6	216,00
Total/Média	100,0	663,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

2.4. Mudanças verificadas entre 1996 e 2001

Algumas mudanças verificadas entre 1996 e 2001 são dignas de nota. Em primeiro lugar, é importante enfatizar a melhoria na distribuição de renda, indicada pela redução no índice de Theil de 0,516 em 1996 para 0,47 em 2001. Calculando a contribuição da educação para mudanças na desigualdade da distribuição de renda, notamos que o principal responsável pela redução na desigualdade foi o efeito interno, resultado de modificações na desigualdade dentro de cada grupo de escolaridade. O efeito composição teve efeito positivo, explicando 15,4% da melhoria na distribuição de renda.¹¹ Por sua vez, o efeito renda teve um efeito negativo de 25,6%, indicando que a variação nas rendas relativas entre os grupos de escolaridade impactou negativamente a distribuição de renda (esses resultados serão comentados na seção 4).

É notável a substancial melhoria no grau de escolaridade. Enquanto em 1996, 51,2% dos ocupados não tinham completado o primeiro grau, essa proporção caiu para 39,1% em 2001. Em 1996, apenas 31,5% tinham completado pelo menos o segundo grau, proporção que subiu para 40,5% em 2001. A verdadeira modificação se deu em relação ao número de ocupados que concluiu o segundo grau, que subiu de 21,4% para 29,9%. Já o acréscimo para o ensino superior foi muito modesto, com a proporção das pessoas com terceiro grau completo tendo crescido de 10,1% para 10,6%.

A renda média caiu 12,3% para o total dos ocupados. É interessante notar que essa queda foi muito acentuada para os indivíduos com segundo grau completo (28%) e também para

¹⁰ Essa média foi calculada para um número reduzido de casos, o que exige, portanto, cautela.

¹¹ Isso quer dizer que a alocação dos indivíduos pelos grupos de escolaridade contribuiu para reduzir a desigualdade de renda.

aqueles com primeiro grau completo (23%), enquanto a redução foi bem inferior para os indivíduos com terceiro grau completo (10,7%). Para os dois primeiros níveis de escolaridade, a redução foi de respectivamente 12% e 12,7%.

Os resultado para os indivíduos com segundo grau completo são bem interessantes. O fato de que a categoria na qual a escolaridade mais cresceu¹² tenha apresentado tal redução na renda permite levantar algumas hipóteses. Acredito que esses dados reflitam o fato de que o segundo grau completo tem deixado de ser um diferencial importante, fazendo com que muitos indivíduos com essa formação acabem ocupando postos mais simples e pior remunerados. No entanto, há também razões para acreditar que parte desse aumento deve-se a proliferação de cursos supletivos que, embora conferindo um diploma ao estudante, acrescentam pouco em termos de melhoria na formação.

Em relação à posição na ocupação, nota-se que, ao contrário de outras regiões metropolitanas, houve aumento na participação de assalariados com carteira. O trabalho autônomo cresceu muito pouco e o emprego doméstico reduziu. A queda maior na renda ocorreu para os autônomos (20,2%), seguida pelos empregadores (14,3%) e assalariados com carteira (7,3%). Para assalariados do setor público e assalariados sem carteira, a queda foi de 2%, enquanto para os domésticos houve elevação de 2,8%. Várias dessas tendências foram verificadas para o país como um todo, incluindo um aumento relativo das rendas dos trabalhadores sem carteira vis-à-vis os trabalhadores com carteira assinada, uma forte redução na renda dos autônomos e um aumento na renda auferida pelos domésticos (DIEESE, 2001).¹³

Para os assalariados com carteira, a redução de renda foi maior no comércio (16,7%) e menor na construção civil (3,1%) e no setor serviços (2%). Para os autônomos, a queda foi muito grande no setor comércio (35%), seguida pela construção civil (23%). Dentro dos autônomos, a redução da renda foi mais significativa para aqueles sem instrumento fixo e sem equipamento (43,4%), para os autônomos com equipamento automotivo (35,2%) e para os autônomos com residência não-adaptada (28,9%).

Em relação ao setor de atividade, nota-se uma pequena redução da participação dos ocupados na indústria entre o total dos ocupados, declinando de 16,1% em 1996 para 14,8% em 2001. Na construção civil, esse declínio foi de 8,2% para 7,2%, enquanto a participação dos ocupados no setor serviços cresceu de 49,6% para 52,8%. Em relação à queda na

¹² O número de pessoas com segundo grau completo aumentou em quase 50% nesses cinco anos.

remuneração média, essa foi maior no setor comércio (24,1%), seguida pela construção civil (16,7%), enquanto a menor queda se deu no setor serviços (10,5%). Já na construção civil, a queda foi maior para os autônomos (22,7%) e para os assalariados sem carteira (14,7%). No comércio, a renda dos autônomos, como assinalado, declinou 35%, a renda média dos assalariados com carteira caiu 16,7% e a dos assalariados sem carteira declinou 9,8%.

Os resultados encontrados para os assalariados sem carteira merecem algumas considerações. Nota-se um aumento substancial no grau de escolaridade desse grupo. Em 1996, cerca de 60% dos assalariados sem carteira não tinham primeiro grau completo, participação que caiu para 36,9% em 2001. Por sua vez, a proporção das pessoas com segundo grau completo subiu de 17,5% para 31,5%, um aumento muito maior do que o verificado para o total dos ocupados, enquanto a participação de indivíduos com terceiro grau completo subiu de 2,6% para 5,3%. Esse rápido aumento na escolaridade, acompanhado por uma queda na remuneração bem inferior à verificada para os assalariados com carteira, pode estar indicando certa flexibilização no mercado de trabalho, com postos de trabalho mais qualificados sendo oferecidos a indivíduos sem contrato formal de trabalho.¹⁴

Um outro dado interessante é que a renda média dos assalariados sem carteira no setor serviços se elevou em 4%, enquanto na construção civil, no comércio e na indústria ocorreram reduções, respectivamente, de 15%, 10% e 7%. Essa elevação na remuneração obtida no setor serviços é bem significativa quando se leva em conta que a remuneração média desse setor declinou 10,5% entre 1996 e 2001. Como a remuneração média no setor serviços declina para todas as posições na ocupação, com exceção dos assalariados sem carteira, esses dados parecem indicar que postos melhores de trabalho estariam sendo oferecidos para os assalariados sem carteira.¹⁵

Em relação às modificações no índice de Theil, o poder explicativo da escolaridade aumentou levemente, visto que explicava 36,6% da desigualdade total em 1996 e passou a explicar 37,6% em 2001. É interessante notar uma queda na desigualdade interna dos quatro primeiros grupos de escolaridade, sendo mais acentuada para os três primeiros.

¹³ Embora esse aumento para os domésticos tenha sido menor na RMBH do que em outras regiões metropolitanas. Na Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, o aumento na remuneração média dos empregados domésticos foi de 26,1% (DIEESE, 2001, p. 85).

¹⁴ No entanto, ao contrário do verificado em outras regiões metropolitanas, não houve uma redução na participação dos assalariados com carteira acompanhada por um aumento na participação dos assalariados sem carteira (DIEESE, 2001).

¹⁵ No entanto, vale enfatizar que a remuneração média no setor serviços reduziu apenas 2,1% para os assalariados com carteira e 2,3% para os assalariados do setor público. A redução maior ocorreu para os autônomos (16,5%) e para os empregadores (10,8%).

A posição na ocupação explicava 17% da desigualdade em 1996 e seu poder explicativo reduziu para 16% em 2001. Para os autônomos, assalariados com carteira e assalariados sem carteira a desigualdade interna reduziu, enquanto essa cresceu para os empregadores. O poder explicativo da escolaridade cresceu para os assalariados com carteira (38,9% para 39,2%), para os assalariados sem carteira (22,5% para 24,5%), para os autônomos (13% para 15%) e para os empregadores (10,4% para 14,4%), tendo caído significativamente para os assalariados do setor público (38,6% para 33,7%).

A variável setor de atividade cresceu seu poder explicativo de 1,1% em 1996 para 2,3% em 2001.¹⁶ Houve redução da desigualdade interna em todos os setores, tendo sido mais pronunciada no setor comércio. Na indústria, houve queda no poder explicativo da escolaridade de 36% para 32,2%. Nesse setor, a desigualdade interna dos grupos decresceu para as três primeiras faixas de escolaridade, mas elevou-se substancialmente para os indivíduos com terceiro grau completo. No comércio, a desigualdade só não diminuiu expressivamente para os indivíduos com terceiro grau completo; o poder explicativo da escolaridade ficou constante em 17%.

No setor serviços, o poder explicativo da escolaridade ficou fixo em 36%, havendo redução significativa da desigualdade interna entre os quatro primeiros grupos de escolaridade. Na construção civil, houve forte aumento do poder explicativo da escolaridade entre 1996 e 2001 (42% para 50,7%). A forte redução da desigualdade interna para os quatro primeiros grupos de escolaridade, somada à redução na renda média desses grupos e à elevação na renda média dos indivíduos com terceiro grau completo, contribuíram significativamente para esse maior poder explicativo da escolaridade.¹⁷

¹⁶ Excluindo os empregados domésticos, vale enfatizar.

¹⁷ Vale enfatizar o pouco número de casos na amostra de indivíduos com terceiro grau completo na construção civil, exigindo cautela na generalização desses resultados.

3. RESULTADOS A PARTIR DA REGRESSÃO.

Os dados apresentados na seção 3, assim como os respectivos índices de Theil, autorizam algumas inferências sobre a influência de cada variável, nos respectivos grupos, na determinação da renda auferida. No entanto, como sempre há diferenças significativas entre os grupos, explicadas por influências de outras variáveis, os dados supra não permitem determinar a contribuição precisa de uma determinada variável sobre a renda obtida. Isto, no entanto, pode ser feito por regressão. Nesse caso, o uso de variáveis de controle permite identificar o efeito marginal da variável específica sobre a renda recebida. Como enfatizado na seção 1, é como se apenas aquela variável estivesse mudando, conservando todas as demais variáveis constantes.

a) Regressão 1

A regressão foi realizada com informações oriundas dos 24.127 domicílios investigados na Pesquisa de Emprego e Desemprego para a RMBH entre janeiro e dezembro de 2001. Procurou-se trabalhar com indivíduos maiores de 18 anos, não trabalhadores agrícolas e que trabalham pelo menos 24 horas por semana.

Utilizando o logaritmo neperiano da renda como variável dependente, elegeram-se os anos de estudo e o tempo de permanência no trabalho atual (em anos) como variáveis independentes. A essas foi acrescentada uma série de *dummies*, procurando medir a importância de concluir algum grau de estudo, a posição na ocupação, o sexo, idade e o setor onde trabalha:

$$\ln y_t = c + b_{ij} X_t + u_t,$$

onde,

y_t = vetor da renda real auferida mensalmente pelos indivíduos

c = constante

X_t = matriz com os anos de estudo, tempo de serviço do indivíduo e com as várias *dummies* supradestacadas.

u_t = resíduo.

O coeficiente encontrado para a variável anos de estudo deve ser analisado com alguma ressalva, lembrando que se utilizam *dummies* que vão afetar a sensibilidade da renda aos anos

de estudo. Assim, um coeficiente de 0,052 significa que, para a categoria de referência (mulheres, entre 18 e 24 anos, que não concluíram o 1º grau, assalariada com carteira no setor serviços), cada ano de estudo tende a elevar a renda média em 5,2%.

Considerando o efeito marginal pela conclusão de cada grau de estudo, nota-se que a conclusão do primeiro grau não representa um aumento adicional no rendimento auferido além daquele previsto pelos coeficientes de anos de estudo.¹⁸ Já a conclusão do segundo grau produz um aumento adicional na renda recebida, além do captado na variável anos de estudo, de 14,9%. Esse aumento para as pessoas que concluíram o terceiro grau foi de 75,7%.¹⁹ Assim, uma mulher, assalariada com carteira no setor serviços, que tenha concluído o terceiro grau, tende a receber $(1,052 \times 15) \times 1,757$, o que representa 3,76 vezes mais que uma pessoa, no mesmo setor e posição na ocupação, sem nenhum ano de estudo.²⁰

O coeficiente de anos de estudo, no entanto, modifica-se de acordo com os grupos. Para os ocupados na indústria, por exemplo, na mesma posição de ocupação, a sensibilidade da renda aos anos de estudo seria igual a 0,065 (cada ano de estudo significaria uma elevação salarial de 6,5%). O coeficiente também se modifica a partir do sexo, mas a variação é de apenas 0,4% a mais para os homens.

A outra variável quantitativa utilizada foi o tempo no trabalho. Para a categoria básica, um coeficiente de 0,0228 significa que, para cada ano a mais no emprego, a renda se eleva em 2,28%.²¹ Analisando a influência do sexo, a sensibilidade da renda tanto aos anos de estudo quanto ao tempo de serviço é levemente maior para os homens.²² A influência considerável

¹⁸ Essa é uma importante diferença em relação a 1996. Naquele ano, a conclusão do primeiro grau adicionava, em média, 8,2% a mais aos salários, além do efeito dos anos de estudo. Para 2001, o coeficiente é de -0,009, indicando que o efeito marginal da conclusão do grau sobre o rendimento, além dos anos de estudo, é levemente negativo.

¹⁹ Para 1996, essas variações eram respectivamente de 33,8% e 82,9%. O resultado é particularmente interessante para a conclusão do segundo grau, que representava em 1996 um adicional de renda muito superior ao de 2001.

²⁰ É importante enfatizar que se está considerando aqui apenas o efeito da escolaridade. Na prática, uma pessoa com terceiro grau completo tende a receber muitas vezes mais que uma pessoa com nenhuma escolaridade. Mas esse efeito deve-se também a outras variáveis como tempo no serviço, idade, etc.

²¹ É necessária cautela nessa conclusão, visto que a variável idade tem significativa correlação com a variável tempo no serviço, afetando o coeficiente dessa última. Nesse sentido, se a variável idade fosse eliminada, a contribuição do tempo de serviço para a remuneração recebida seria bem superior. Sobre a decisão de conservar as duas variáveis, veja a nota 24.

²² Assim, para os homens assalariados com carteira no setor serviços, cada ano no emprego tenderia a elevar a renda em 2,78%.

vem realmente do intercepto, mostrando que, mantendo as demais características constantes, o mero fato de o indivíduo ser do sexo masculino resulta em uma elevação da renda de 36,8%.²³

A idade tem uma influência positiva sobre a renda. A partir da categoria básica (18 a 24 anos), nota-se que para todas as demais faixas de idade, conservando constantes as demais características, há uma elevação na renda média. Esta elevação pode ser explicada por um efeito experiência no mercado de trabalho, já que o indivíduo, após algum tempo no mercado de trabalho, tende a ocupar uma posição mais sólida e mais bem remunerada.²⁴ Esta elevação é maior para as faixas entre 40 e 49 anos, chegando a 45,8%. As menores elevações se verificam para a segunda (25 a 29 anos) e para a última faixa, confirmando a tendência a remunerações relativamente menores para pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.²⁵

TABELA 14: INFLUÊNCIA DA IDADE SOBRE A RENDA MÉDIA - RMBH - JAN.-DEZ./2001

FAIXA DE IDADE	ELEVAÇÃO NA RENDA (%) EM RELAÇÃO À CATEGORIA BÁSICA (18 A 24 ANOS)
25 a 29 anos	31,4
30 a 34 anos	39,4
35 a 40 anos	41,0
40 a 49 anos	45,8
50 a 59 anos	40,4
60 a 65 anos	34,1

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Também relevante é a influência da posição na ocupação. Para os assalariados sem carteira, cada ano de estudo representa uma elevação salarial de apenas 4%, portanto cerca de 24% inferior àquela verificada para os assalariados com carteira.²⁶ Por sua vez, apenas o fato de o indivíduo ser assalariado sem carteira, tudo o mais constante, leva a uma redução na remuneração média de 8,48% em relação aos assalariados com carteira.

Para os assalariados do setor público, o intercepto é fortemente negativo: indivíduos com características iguais, com pouco tempo de serviço e poucos anos de estudo recebem 18,7%

²³ Esse número é considerável, mostrando o grau da discriminação por sexo existente na RMBH. No entanto, é importante enfatizar que houve uma redução nesse coeficiente, que foi de 41,6% em 1996.

²⁴ O efeito dessa variável tende a se misturar com o efeito da variável tempo de serviço, embora existam importantes diferenças. O objetivo da variável idade é captar a influência da experiência e do tempo no mercado de trabalho, e não do tempo no mesmo emprego. No entanto, é inevitável que as duas variáveis tenham alto grau de correlação e que seus efeitos devam, pois ser analisados em conjunto.

²⁵ É interessante notar que houve uma elevação no efeito da variável idade para todas as faixas de idade entre 1996 e 2001. Em 1996, a elevação da renda, por faixa de idade, tendia a ser, respectivamente, 24,4; 33,8; 37,1; 41,6; 36,9 e 20,6. Isto está provavelmente relacionado com uma redução na renda média dos indivíduos na categoria básica (18 a 24 anos).

²⁶ Em 1996, cada ano de estudo elevava a renda dos assalariados sem carteira em 3,7%. Isto mostra que houve um aumento da importância da escolaridade para explicar os diferenciais de renda nessa categoria.

menos do que os assalariados com carteira.²⁷ No entanto, a sensibilidade dos anos de estudo à escolaridade é muito maior nesse grupo: cada ano de estudo eleva a renda em cerca de 7,4%. Como a escolaridade é bem mais alta nesse grupo, tal coeficiente acaba sendo decisivo para explicar a maior renda média auferida pelo grupo. Para este grupo, cada ano adicional no serviço tende a elevar o salário em 2,58%.

Para os autônomos, o intercepto é negativo, significando que autônomos com baixa escolaridade e pouco tempo no emprego recebem 12,4% menos que os assalariados com carteira. Essa foi uma mudança muito relevante em relação a 1996, quando autônomos nessas circunstâncias recebiam cerca de 10% a mais que os assalariados com carteira. Isso comprova as mudanças recentes em prejuízo dos autônomos, como indicado nas análises baseadas no índice de Theil. Explicar esse comportamento torna-se pois uma tarefa importante para trabalhos futuros. Os empregadores, por sua vez, recebem uma remuneração 49,9% superior à categoria básica.²⁸ Para os empregados domésticos, a renda média é cerca de 22,8% inferior a dos assalariados com carteira com características similares (em 1996 esse valor era 24%).

Para os setores de atividade, nota-se que a indústria tem uma remuneração inicial de 8,7% inferior ao setor serviços, embora a sensibilidade aos anos de estudo seja de 23,7% superior. Na indústria, o tempo de serviço tem uma influência maior sobre a renda, sendo 13,1% superior àquela verificada no setor serviços. Para a construção civil, a renda inicial é 8,2% menor (em 1996 esse valor era apenas 4,7% menor), enquanto a sensibilidade da renda aos anos de estudo é praticamente a mesma do setor serviços. Enfim, para o setor comércio, os indivíduos com baixa escolaridade e pouco tempo no serviço ganham praticamente o mesmo que a categoria básica (0,4% a mais, enquanto em 1996 esse valor era 7,7% a mais). No entanto, cada ano de estudo aumenta a renda em 4,8%, coeficiente 8,8% inferior ao setor serviços e 32,5% inferior à indústria. No comércio, a influência do tempo de serviço na renda está bem próxima daquela verificada para o setor serviços.

b) Regressão 2 - variáveis *dummies* apenas no intercepto

Procurou-se também efetuar uma outra regressão, colocando as variáveis *dummies* apenas no intercepto e descartando as variáveis relacionadas à conclusão do grau de estudo. Os

²⁷ Em 1996, essa diferença era de 29%.

resultados são também muito interessantes, estando de acordo com as conclusões anteriores. Nessa segunda regressão, cada ano de estudo influencia a renda recebida em 10,4%²⁹ (contra 11,2% em 96). Cada ano no serviço levaria, em média, a um aumento no rendimento de 2,54% (contra 2,28% em 1996).

A influência das faixas de idade foi sempre positiva, demonstrando uma clara tendência de os indivíduos mais novos receberem menores salários. As faixas entre 40 e 59 anos são as que mais recebem, com remuneração respectivamente 57,2% (faixa entre 40 e 49 anos) e 55,5% (para faixa de 50 a 59 anos) superiores aos indivíduos da primeira faixa com características semelhantes. Esse diferencial para a última faixa (60 a 65 anos) foi de 51,5%, valor também bastante elevado.³⁰

Encontra-se influência considerável para o sexo: os homens recebem, em média, 42,8% a mais que as mulheres com características semelhantes. Em relação aos setores, nota-se que, na indústria, indivíduos com características semelhantes recebem em média 2,2% a mais que o setor serviços, uma redução considerável em relação a 1996, quando a diferença era de 7,8%. Na construção civil, este diferencial foi de 3,2% menor que o setor serviços, enquanto no comércio registra-se uma taxa 5,8% inferior.³¹

Em relação à posição na ocupação, os assalariados sem carteira, com características de sexo, idade, escolaridade, posição na ocupação e tempo de serviço similar aos assalariados com carteira, recebem, em média, 18,5% a menos (20% a menos em 1996). Este resultado mostra claramente que, mesmo controlando todas as demais variáveis, a mera existência ou não de carteira de trabalho representa uma diferença considerável na remuneração obtida, indicando a existência de segmentação no mercado de trabalho.

Para os assalariados do setor público, encontra-se uma diferença positiva de 11,9%.³² É importante qualificar esse dado, em virtude de sua diferença com os resultados do modelo anterior. Na primeira regressão, o intercepto para os assalariados do setor público foi negativo em 18%, mas essa diferença foi mais que compensada pela maior sensibilidade da renda aos

²⁸ No caso dos empregadores, optou-se por usar apenas uma variável para a categoria como um todo, deixando de lado os diferenciais da sensibilidade da renda aos anos de estudo e tempo no serviço.

²⁹ Segundo esse resultado, uma pessoa com 15 anos de estudo tenderia a receber 4,41 vezes a quantia recebida por uma pessoa sem escolaridade.

³⁰ Nessa segunda regressão, a influência da idade na renda é claramente maior.

³¹ Em 1996, esse diferencial era 1,9% superior para o setor comércio.

anos de estudo nessa categoria. Eliminando essa última variável, nota-se que seu efeito fica todo concentrado no intercepto, explicando o diferencial positivo em favor dos assalariados do setor público.

Para os autônomos, a remuneração média reduz-se em 12,3% em relação à categoria básica, enquanto em 1996 ela elevava-se em 4%. Esse resultado está de acordo com o encontrado na primeira regressão, indicando o efeito negativo que a posição na ocupação “autônomos” tem sobre a renda recebida. Para os empregadores, a posição na ocupação significa um aumento de remuneração de 53,2%, enquanto para os empregados domésticos, indivíduos com características similares recebem 17,5% menos que os assalariados com carteira (em 1996 essa diferença era de 19%).

4. CONCLUSÃO

Os resultados alcançados com as regressões estão bem em sintonia com aqueles observados a partir das tabelas, médias e índices de concentração apresentados na seção 3. A escolaridade tem uma influência significativa na determinação da renda, importância que é reforçada com a conclusão do segundo e terceiro grau completo, mas não do primeiro grau que, em 2001, ao contrário de 1996, não teve influência significativa na renda recebida. A influência da escolaridade é maior na indústria e entre os assalariados do setor público e é inferior para os assalariados sem carteira e para o setor comércio.

No caso do trabalhador autônomo, é notável como a renda dessa categoria declinou substancialmente em relação a 1996. Naquele ano, autônomos com baixa escolaridade e pouco tempo no serviço tendiam a receber mais que os assalariados com carteira, algo que foi fortemente revertido. As rendas dos autônomos, como visto, caíram principalmente no setor comércio e na construção civil.³³

Em relação à posição na ocupação, comprova-se também a discriminação existente para os assalariados sem carteira. Embora este grupo tenha uma escolaridade mais baixa, o fato de a

³² Ocorreu, pois um claro aumento em relação a 1996, quando a regressão concluiu que indivíduos com características semelhantes recebiam 3,1% mais no setor público que como assalariado com carteira no setor privado.

³³ A queda de renda para os autônomos superou a queda de renda dos ocupados em todos os setores de atividade. Mas essa diferença foi mais pronunciada na construção civil e no setor comércio. Na construção civil, a queda de renda média dos autônomos foi de 22,5%, enquanto para os ocupados essa queda foi de 16,7%. No comércio, a

renda ser menor não depende apenas disto. É uma categoria na qual seus integrantes, com as mesmas características que os assalariados com carteira, recebem em média uma renda 8,5% inferior (de acordo com a primeira regressão). Por sua vez, os anos de estudo significam também um adicional de renda inferior para essa categoria. **Assim, esses resultados ilustram os efeitos da segmentação no mercado de trabalho da RMBH, com a existência de postos de trabalho que, empregando indivíduos com características similares ao setor formal, os remunera de forma inferior.** Esses resultados estão em sintonia com aquele alcançado por Bonelli e Sedlacek (1991, p.74) que, utilizando também variáveis de controle, encontram para os assalariados sem carteira um diferencial de rendimento de 15% a 20% inferior ao verificado para os assalariados com carteira.³⁴

Também significativos são os resultados para os empregados domésticos e para os empregadores. Para esses últimos, tudo o mais constante, a renda é cerca de 50% superior à média para os assalariados com carteira, tendo ocorrido uma redução em relação a 1996, quando a diferença era de 63%. Como a remuneração média dos empregadores é 2,8 vezes superior à dos assalariados com carteira – bem maior que o efeito devido apenas à posição na ocupação –, o resultado aponta para o fato de que a particular distribuição de escolaridade, sexo, idade e setor entre os empregadores seria responsável pela remuneração mais elevada.

O resultado para a idade também não é surpreendente, estando de acordo com o fato de que os indivíduos que estão ingressando no mercado de trabalho receberem salários inferiores. É interessante o fato de o coeficiente de idade para quase todas as faixas ter se elevado no período, o que sinaliza uma redução na remuneração dos indivíduos que ingressam no mercado de trabalho vis-à-vis àquela obtida pelas demais faixas de idade. Em relação ao sexo, foi significativo o diferencial de rendimento de 36,8% (ou 42,8%, de acordo com a segunda regressão) em favor dos homens, embora seja também significativo o fato de que esse diferencial reduziu em pouco mais de quatro pontos percentuais em relação a 1996.

Enfim, os resultados para os setores de atividade econômica apontam principalmente para a maior sensibilidade da indústria à escolaridade e para o fato de que o diferencial no intercepto existente para o setor comércio, significativo em 1996, ter sido eliminado.³⁵ Em

renda dos autônomos caiu cerca de 35%, enquanto essa queda para os ocupados foi de 24%. Na indústria e serviços, a queda na remuneração média dos autônomos foi respectivamente 20% e 16,5%.

³⁴ Resultado em consonância com a segunda regressão, que encontrou um diferencial de 19,5% (seção 3 alínea b).

³⁵ O que está de acordo com a forte redução na remuneração média verificada no setor comércio.

relação à construção civil, o intercepto é 8,2% inferior ao setor serviços (3,2% de acordo com a segunda regressão), enquanto a sensibilidade à escolaridade é muito parecida.

O principal objetivo do trabalho foi mostrar em detalhes os determinantes da distribuição de renda na RMBH, explorando os efeitos de cada variável sobre a renda recebida. Como conclusão geral, enfatizou-se a contribuição da escolaridade como variável mais relevante para explicar as variações de renda, seguida pela posição na ocupação. Os resultados encontrados para essas variáveis estão em consonância com aqueles encontrados por outros autores para o Brasil.

É importante destacar os resultados encontrados para os efeitos renda e composição e relacioná-los com a discussão mais geral feita por outros autores. Embora tenha havido uma melhoria na distribuição de renda, o resultado negativo encontrado para o efeito renda indica que a melhoria no grau de escolaridade não foi capaz de reduzir, na média, o valor de mercado da educação. Esse resultado diverge daquele encontrado por Barros, Henriques e Mendonça (2002) para Coréia do Sul e Colômbia, motivando algumas considerações. Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que a melhoria no grau de escolaridade concentrou-se principalmente no segundo grau completo e que foi muito baixo o aumento no número de ocupados com terceiro grau completo. Assim, pode-se esperar que um crescimento mais intenso do nível de escolaridade (como ocorrido naqueles dois países), aumentando também o número de pessoas com terceiro grau completo, possa contribuir para reduzir o valor de mercado da escolaridade.

Em segundo lugar, os resultados podem também estar refletindo o fato de que a crise econômica e o aumento no desemprego impactaram mais fortemente os indivíduos menos qualificados, comprovando os resultados encontrados por Ramos (1993) para o início dos anos 80. Finalmente, o resultado para o efeito renda pode estar refletindo mudanças mais estruturais no mercado de trabalho relacionadas ao novo contexto produtivo e tecnológico. Comprovando-se essa hipótese, reduzem-se as razões para otimismo no que tange ao comportamento da distribuição de renda nos próximos anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Ricardo Paes; RAMOS, Lauro. A Note on the Temporal Evolution of the Relationship between Wages and Education among Brazilian Prime-Age Males - 1976/1989. In: MENDONÇA, Rosane e URANI, André. *Estudos Sociais e de Trabalho*. Rio de Janeiro, IPEA, 1994.

BARROS, Ricardo Paes e MENDONÇA, Rosane. *Os Determinantes da Desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, 1995 (Texto para discussão nº 377).

BARROS, Ricardo Paes de, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. Pelo Fim das Décadas Perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (org). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.


BONELLI, Régis. e RAMOS, Lauro. *Distribuição de Renda no Brasil: Avaliação das Tendências de Longo Prazo e Mudanças na Desigualdade desde Meados dos Anos 70*. Rio de Janeiro, IPEA, 1993.

BONELLI, Régis. e SEDLACEK, Guilherme L. A evolução da Distribuição de Renda entre 1983 e 1988. In CAMARGO, José Márcio. *Distribuição de Renda no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

DIEESE-SP. *A Situação do Trabalho no Brasil*. São Paulo, DIEESE, 2001.

FERREIRA, Francisco. Os Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? In: HENRIQUES, Ricardo (org). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

HOFFMANN, Rodolfo. *Distribuição de Renda – medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: EDUSP, 1998.



RAMOS, Lauro. *A Distribuição de Rendimentos no Brasil. 1976/85*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.

RAMOS, Lauro e VIEIRA, Maria Lucia. *Desigualdade de Rendimentos no Brasil nas Décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes*. Rio de Janeiro, Ipea, 2001 (texto para discussão n.803).

REIS, José Guilherme A. e BARROS, Ricardo Paes. Desigualdade Salarial: resultados de pesquisas recentes. In CAMARGO, José Márcio. *Distribuição de Renda no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.